

01-355/2006

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SUBSECRETARIA DE APOIO LEGISLATIVO - SGP2
SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO

PROJETO DE LEI	01-355 / 2006	DE	2006
MATÉRIA LEGISLATIVA:	PL 01 - 0355 / 2006	DE	01/06/2006
PROMOVENTE:	VEREADOR	LENICE LEMOS	
EMENTA:	"TORNA OBRIGATÓRIA A IDENTIFICAÇÃO DO CADASTRO MUNICIPAL EM CAPACETES E COLETES PARA EXERCÍCIO DE MOTO-FRETE NA CIDADE DE SÃO PAULO E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS"		
REGISTRAÇÃO			

ARQUIVADO EM 16/01/2009

Viviane Ferreira Pó

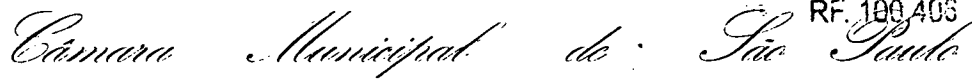
CHEFE DE SEÇÃO

VIVIANE FERREIRA PÓ
Supervisora
SGP-33

CNC Solutions
Tipo: Processo Legislativo
05/11/2010 17:48:54

00000021171-00





GABINETE DA VEREADORA BISPA LENICE LEMOS

LIDO HOJE
AS COMISSÕES DE 01 JUN 2006
Continuação de
Humberto da Silva
P. 1. Documento

Projeto de Lei Nº 01 - PL
01- 0355/2006

“Torna Obrigatória a Identificação do Cadastro Municipal em Capacetes e Coletes para Exercício de Moto-frete na Cidade de São Paulo e dá outras providências.”

A Câmara Municipal de São Paulo

DECRETA:

EQUIPE DE PUBLICAÇÃO

01 JUN 2006

SGP.42

Art.1º - Fica estabelecida a obrigatoriedade de identificação do cadastro em capacetes e coletes para exercício de moto-frete no município de São Paulo.

§1º - Para fins do disposto no caput deste artigo, o colete a ser utilizado pelos usuários de motocicletas deverá ser de cor preta, com identificação do cadastro escrita nas costas do motorista, na cor branca, em material reluzente, em medida não inferior a 25 (vinte e cinco) centímetros de largura por 12 (doze) centímetros de altura;

§2º - No capacete a identificação do cadastro será na parte traseira, na cor branca, em material reluzente, em medida não inferior a 15 (quinze) centímetros de largura por 10 (dez) centímetros de altura.

Parágrafo Único – Considera-se serviço moto-frete aquele executado por pessoa física, em equipamento motorizado de duas rodas, dotado de compartimento de carga tipo baú, executada individualmente, vedada à utilização simultânea do equipamento por duas ou mais pessoas.

-JMS-P-56P2 -01-Jul-2006-15:22-0112300

1. *Chlorophyll a* and *Chlorophyll b* contents were determined by spectrophotometry using the method of Lichtenthaler and Whaley (1987).

2025-01-01

Use of copy.

7. 5129 2002-11-2

... 11-1526, 2011

signed at

... 25th 1880 ...

1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385, 2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407, 2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506, 2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583, 2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 2612, 2613, 2614, 2615, 2616, 2617, 2618, 2619, 2620, 2621, 2622, 2623, 2624, 2625, 2626, 2627, 2628, 2629, 2630, 2631, 2632, 2633, 2634, 2635, 2636, 2637, 2638, 2639, 2640, 2641, 2642, 2643, 2644, 2645, 2646, 2647, 2648, 2649, 2650, 2651, 2652, 2653, 2654, 2655, 2656, 2657, 2658, 2659, 2660, 2661, 2662, 2663, 2664, 2665, 2666, 2667, 2668, 2669, 2670, 2671, 2672, 2673, 2674, 2675, 2676, 2677, 2678, 2679, 2680, 26

reg. 96-11007

... 1950

1. 1950

100-36730

Journal of Management Studies, 19(6), 701-718.

1. *Chlorophyll a* and *Chlorophyll b* were determined by the method of Lichtenthal and Whistler (1973). The total chlorophyll content was determined by the method of Arar and Cook (1980). The carotenoid content was determined by the method of Lichtenthal and Whistler (1973). The total carotenoid content was determined by the method of Arar and Cook (1980). The total protein content was determined by the method of Lowry (1956). The total lipid content was determined by the method of Bligh and Dyer (1959). The total carbohydrate content was determined by the method of Dubois and Gilles (1950). The total nucleic acid content was determined by the method of Burton (1956). The total ash content was determined by the method of AOAC (1990). The total moisture content was determined by the method of AOAC (1990). The total dry matter content was determined by the method of AOAC (1990). The total organic acid content was determined by the method of AOAC (1990). The total alkaloid content was determined by the method of AOAC (1990). The total saponin content was determined by the method of AOAC (1990). The total tannin content was determined by the method of AOAC (1990). The total flavonoid content was determined by the method of AOAC (1990). The total phenol content was determined by the method of AOAC (1990). The total terpenoid content was determined by the method of AOAC (1990). The total steroid content was determined by the method of AOAC (1990). The total glycoside content was determined by the method of AOAC (1990). The total alkaloid content was determined by the method of AOAC (1990). The total saponin content was determined by the method of AOAC (1990). The total tannin content was determined by the method of AOAC (1990). The total flavonoid content was determined by the method of AOAC (1990). The total phenol content was determined by the method of AOAC (1990). The total terpenoid content was determined by the method of AOAC (1990). The total steroid content was determined by the method of AOAC (1990). The total glycoside content was determined by the method of AOAC (1990).

224

Em 16 / 06 / 06

Ass:

Adelina Cicone

Assistente Parlamentar

Registro 100.406



Câmara Municipal de São Paulo

GABINETE DA VEREADORA BISPA LENICE LEMOS

Folha nº 02 do proc.

Nº 355 de 06

Adelina Cioene - Ins. Parlamentar

RF. 100.406

Art.3º - A pessoa jurídica ou o condutor autônomo deverão ter a inscrição junto ao Cadastro de Contribuintes Mobiliários (CCM), a fim de cumprirem a Lei nº44.200/04 que regulamenta o setor, para efetuarem carga ou descarga de bens de qualquer natureza dentro do município de São Paulo, cuja natureza do registro municipal é meramente cadastral, sem ônus para o cadastramento, e objetiva o controle de motos-fretes em operação em seu território.

Art.4º - A pessoa jurídica deverá apresentar à Secretaria Municipal de Transportes, sempre que solicitada, a relação de todos os condutores, bem como fornecer qualquer outra informação pertinente à atividade autorizada.

Art.5º - O cadastro de condutor para a atividade de moto-frete em âmbito municipal deverá ser providenciado no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data de publicação desta lei, sob pena de caracterização de atividade ilegal, apreensão da moto e demais penalidades previstas na Lei nº 10.308, de 1987.

Art.6º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações próprias, suplementadas se necessárias.

Art.7º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

Bispa Lenice Lemos

Vereadora



Câmara Municipal de São Paulo

GABINETE DA VEREADORA BISPA LENICE LEMOS

JUSTIFICATIVA

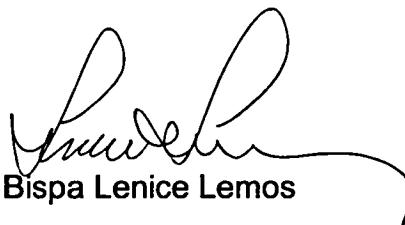
Hoje, na cidade de São Paulo temos aproximadamente 460 mil motos circulando, além dos que apreciam o veículo de duas rodas, temos aqueles que fizeram dela o seu instrumento de trabalho.

A idéia de facilitar a identificação do motoqueiro ajudará a dar mais segurança aos motoqueiros e aos demais motoristas. É comum os mesmos serem confundidos com bandidos, a identificação dá uma característica para esses trabalhadores.

Hoje já existe no município de São Paulo uma lei que regulamenta o setor, mas a mesma não é bem aplicada. Com a obrigatoriedade de identificação do cadastro em capacete e coletes, as pessoas jurídicas e autônomas no serviço de moto-frete precisariam estar regulamentadas na forma dos artigos da Lei nº 44.200/04 para obterem o cadastro e exercerem o serviço na cidade.

Hoje apenas 13 mil motoqueiros estão cadastrados. O número de empresas que trabalham irregularmente na cidade no serviço de moto-boy ou moto-frete aumenta a cada ano em São Paulo. Na tentativa de melhorar o relacionamento entre motos e carros nas ruas da cidade é que apresentamos o presente projeto.

Sala das Sessões, em


Bispa Lenice Lemos
Vereadora



Câmara Municipal de São Paulo

SUBSECRETARIA DE APOIO LEGISLATIVO

Papel para informação, rubricado como folha nº 041

do processo n.º 01-355 de 20 06 16/06/06 (a) 00

Adelina C. Battocchio
Assistente Parlamentar
Registro 100.406

Tendo em vista o disposto no art. 212, incisos III e IV do R.I., sobre o assunto consta:

LEI 12.393/97, 12.969/00, 12.536/97

Inácio Veiga
Supervisor de Contr. do Proc. Legislativo
SGP-22

À Com. de Constituição e Justiça

23/06/06

ANGELA BORDIN ANDREONI
Subsecretária de Apoio Legislativo
SGP-2

2

30/6/06
(30)

RECEBIDO
 Comissão de Constituição e Justiça
 Em 23.6.06 às 14h
 SOLANGE RAUZY DOS SANTOS
 R.F. 15801
 Secretária

Ao Nobre Vereador / A Nobre Vereadora
 JOLBE BRUNDES
 Para relatar.
 Sala da Comissão de Constituição e Justiça.
 Em: 27/06/06
 Presidente
 Obs: o prazo para manifestação é de 8 dias, nos termos do § 3º, artigo 63 do R.I.

RECEBIDO NA ACJ-3
 SUPERVISÃO DA ASSESSORIA TÉCNICO-
 JURÍDICA DO PROCESSO LEGISLATIVO
 EM 05/7/06 ÀS 8 HS
 POR [Assinatura]

4/20/10/06 - 12:00m

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
 05a 07
 23/11/06

SOLANGE RAUZY DOS SANTOS
 R.F. 15801
 Secretária



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

16 - PAR
16- 1591/2006

Folha nº 05 do proc.
nº 01- 355 de 2006
Solange Raimundo dos Santos
RF. 10.801

PARECER Nº DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 355/06.

Trata-se de projeto de lei, de autoria da nobre Vereadora Lenice Lemos, que visa tornar obrigatória a identificação do Cadastro Municipal em Capacetes e Coletes para Exercício de Moto-frete na Cidade de São Paulo, e dá outras providências.

O projeto reúne condições para prosseguir, como veremos a seguir.

A propositura encontra fundamento no Poder de Polícia do Município, cuja definição nos é dada pelo art. 78 do Código Tributário Nacional:

"Art. 78 – Considera-se poder de polícia a atividade da Administração Pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranqüilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos".

O assunto é reforçado por Hely Lopes Meirelles, quando ensina que "poder de polícia é a faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado (...) Os limites do poder de polícia administrativa são demarcados pelo interesse social em conciliação com os direitos fundamentais do indivíduo, assegurados na Constituição (art. 5º)" (in "Direito Municipal Brasileiro", Ed. Malheiros, 6ª ed., págs. 340 e 343).

O projeto encontra amparo no art. 13, I, 37, "caput" e art. 160, II a IV, da Lei Orgânica do Município e no Poder de Polícia do Município.

Ressalte-se, apenas, que o objetivo do art. 5º do PL é permitir o exercício da atividade de motofrete pelo prazo de 90 dias sem o necessário cadastramento perante o órgão municipal competente, quando a inscrição no referido cadastro, hoje regulamentado pelos arts. 9º a 11 do Decreto nº 46.198/05, revigorado pelo Decreto nº 46.891/06, configura requisito prévio ao início da atividade, justamente para a verificação quanto à regularidade da carteira nacional de habilitação, prontuário do condutor, antecedentes, certificado de conclusão de curso especial de treinamento etc.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Folha nº 06 de 06
nº 01 - 355 de 06
Solange Raimundo dos Santos
RF. 10.801

Quer isto dizer que, por um prazo de 90 (noventa) dias, não poderá o Poder Público Municipal exigir de referidos condutores a inscrição no Cadastro Municipal de Condutores, ficando sua circulação nas ruas do Município sujeita apenas às regras e penalidades do Código de Trânsito Brasileiro.

Por se tratar de matéria sujeita ao quórum de maioria simples para deliberação é dispensada a votação em Plenário, cabendo tal prerrogativa às Comissões Permanentes, na forma do art. 46, X, do Regimento Interno desta Casa.

Ante o exposto, somos **PELA LEGALIDADE**.

Todavia, o art. 3º da proposta atribui função à Secretaria Municipal de Transportes, esbarrando no art. 37, § 2º, inciso IV da Lei Orgânica que reserva ao Prefeito a iniciativa de leis que disponham sobre organização administrativa.

Assim, visando adaptar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa, bem como à consideração supra, sugerimos o seguinte substitutivo:

SUBSTITUTIVO Nº

AO PROJETO DE LEI Nº 355/2006.

Disciplina o exercício da atividade de moto-frete no Município de São Paulo, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de São Paulo DECRETA:

Art. 1º O exercício da atividade de entrega e coleta de pequenas cargas, mediante a utilização de motociclistas, denominado motofrete, a que se refere o art. 63 da Lei nº 7.329, de 11 de julho de 1969, fica condicionado à inscrição da pessoa jurídica e do condutor autônomo prestador no serviço no Cadastro de Contribuintes Mobiliários (CCM) e à identificação dos capacetes e coletes dos condutores do veículo com o número da referida inscrição.

§ 1º Considera-se serviço de motofrete aquele executado por pessoa física, em equipamento motorizado de duas rodas, dotado de compartimento de carga tipo



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Folha nº 04 de proc.

nº 0-355 de 2006

Solange Rainoldos Santos
RF. 10.884

baú, executado individualmente, vedada a utilização simultânea do equipamento por duas ou mais pessoas.

§ 2º Para fins do disposto no *caput* deste artigo, o colete a ser utilizado pelos usuários de motocicletas deverá ser de cor preta, com identificação do cadastro escrito nas costas do motorista, na cor branca, em material reluzente, em medida não inferior a 25 (vinte e cinco) centímetros de largura por 12 (doze) centímetros de altura.

§ 3º No capacete, a identificação do cadastro será na parte traseira, na cor branca, em material reluzente, em medida não inferior a 15 (quinze) centímetros de largura por 10 (dez) centímetros de altura.

Art. 2º A pessoa jurídica deverá apresentar ao órgão responsável do Executivo, sempre que solicitada, a relação de todos os condutores, bem como fornecer qualquer outra informação pertinente à atividade autorizada.

Art. 3º Os condutores de veículos que exercem a atividade de que trata esta lei deverão ser inscritos em cadastro municipal específico para a atividade de moto-frete em âmbito municipal, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da publicação desta lei.

Art. 4º O descumprimento do disposto nesta lei acarretará a aplicação das penalidades previstas na Lei nº 7.329, de 11 de julho de 1969 e na Lei nº 10.308, de 22 de abril de 1987.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão de Constituição e Justiça, 22/11/06.

Comissão de Trânsito,
Transporte e Atividade Econômica.
Em, 24/10/06.

SECRETARIA
R.F. 10.835
Secretaria

Recebido na Comissão de Trânsito,
Transporte e Atividade Econômica.

Em 21/11/06 às 12 h -

EDUARDO VASCONCELLOS OLIVEIRA
R.F. 10.835
Secretário

Ao Nobre Vereador / A Nobre Vereadora	
<i>Aurelio Miguel</i>	
Para relatar:	
Sala da Comissão de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica.	
Em 21/11/06	
Prés	
Obs: O prazo para manifestação é de 8 dias, nos termos do § 3º, artigo 6º do R.I.	

Segue	juntado	nesta data
Documento		e papel de informação
Rubricado	sob folha	nº 08.
Em 21/12/06,		
EDUARDO VASCONCELLOS OLIVEIRA		
R.F. 10.835		
Secretário		



Folha nº	08	do
Processo nº	355/06	
Eduardo Vasconcelos Oliveira		
Reg. 10.835		

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

16 - PAR
16- 1807/2006

PARECER Nº

DA COMISSÃO DE TRÂNSITO, TRANSPORTE E
ATIVIDADE ECONÔMICA SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 355/2006.

De autoria da nobre Vereadora Lenice Lemos, o projeto objetiva estabelecer a obrigatoriedade de identificação do cadastro em capacetes e coletes para o exercício de moto-frete no Município de São Paulo.

O colete a ser utilizado pelos usuários deverá ser de cor preta com identificação do cadastro escrita nas costas do motorista, na cor branca, em material reluzente, em medida não inferior a 25 (vinte e cinco) centímetros de largura por 12 (doze) centímetros de altura,

No capacete a identificação do cadastrado será na parte traseira, na cor branca, em material reluzente, em medida não inferior a 15 (quinze) centímetros de largura por 10 (dez) centímetros de altura,

O moto-frete é o serviço executado individualmente por pessoa física em equipamento motorizado de duas rodas, dotado de compartimento de carga tipo baú, vedada a utilização simultânea do equipamento por duas ou mais pessoas.

O condutor autônomo ou pessoa jurídica deverá possuir Cadastro de Contribuintes Mobiliários (CCM).

Justifica a Autora que a proposta facilitará a identificação, permitindo maior segurança aos motoqueiros e demais motoristas, muitas vezes confundidos com assaltantes.

A Comissão de Constituição e Justiça recomendou substitutivo adaptando o projeto a melhor técnica de elaboração legislativa.

Analisando a matéria apresentada, quanto ao mérito de nossa Comissão há interesse público, pois devido à grande quantidade de motocicletas transitando no Município, será possível verificar a qual categoria pertence o motoqueiro identificado.

Portanto, favorável ao substitutivo apresentado pela Comissão de Comissão de Constituição e Justiça.

Sala da Comissão de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica, 29/12/06.

Presidente

Relator

A
Douta Comissão de *FINANÇAS*

Em *22, 12, 06*

EDUARDO VASCONCELLOS OLIVEIRA

RF. 10.835

Secretário

RECEBIDO NA COMISSÃO DE
FINANÇAS E ORÇAMENTO
22/12/06 às 17h00

Washington O. Viana
Assistente Parlamentar

Reg. 100.812 *uvf*

Ao Nobre Vereador *A Nobre Vereadora*
PARO FIDONILDO
Para relatar.
Salvo Comissão de Finanças e Orçamento.
Em *28/12/2007*
[Signature]
Presidente
Obs: o prazo para manifestação é de 8 dias, nos
termos do § 3º, artigo 63 do R.I.

Segue — juntado — com data documentos —
e papel de inf. — sob folha —
nº *09*
Em: *03/05/07. mds.*

MARIA TEREZA AFFONSO DA SILVA
Técnico Parlamentar



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

16 - PAR
16- 0639/2007

olha nº - 09 - do
Processo nº 355/06
Maria Tereza Affonso da Silva
Reg. 10.651 *ms*

PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 355/2006

O presente projeto de lei, de autoria da nobre Vereadora Lenice Lemos, visa tornar obrigatória a identificação, em capacetes e coletes, do Cadastro Municipal para Exercício de Moto-Frete na Cidade de São Paulo.

A propositura estabelece que serviço de moto-frete é aquele executado por pessoa física, em equipamento motorizado de duas rodas, dotado de compartimento de carga tipo baú, executado individualmente, vedada a utilização simultânea do equipamento por duas ou mais pessoas.

Também fica determinado que o cadastro de condutor para a atividade de moto-frete deverá ocorrer no prazo máximo de 90 dias, contados da data de publicação do projeto como lei.

A douta Comissão de Constituição e Justiça apresentou substitutivo que visa adaptar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, nos termos do mencionado substitutivo, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do mencionado substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em 13/04/07

Alô G. L.
Caratolini
[Signature]
[Signature]
[Signature]
[Signature]
[Signature]

17 - RELCOM
17- 2048/2007

Publicação de matéria de deliberação
 Parecer: 05, 08 e 09
 Publicação: 05. 2007
 Página(s): 264. Folha(s): 3a
 Conforme § 1º, artigo 62 do Regimento
 Interno
 Conferido por: Maria Tereza
 MARIA TEREZA AFFONSO DA SILVA
 Técnico Parlamentar

A SGP-23
 São Paulo, 08/05/07
 MTS.
 MARIA TEREZA AFFONSO DA SILVA
 Técnico Parlamentar

RECEBIDO EM SGP-23
 EM 09/05/07
 AS 14:00 h

Sra. Creusa,

Juntar ao processo o Recurso nº 11-0077/07.

21/05/2007

JOSE CRISTINO SOUZA SANTOS
 Supervisor de Finalização do Proc. Legislativo

Sr. Supervisor,

Providenciado de acordo com a determinação

de V. Sa.

21/05/2007

CREUSA LEONILDA ZACARIAS ALVES
 Agente de Apoio Legislativo

SEGUE _____, nesta data
 documento _____ de informação
 rubricado _____
 Em 21/05/07

CREUSA LEONILDA ZACARIAS ALVES
 Agente de Apoio Legislativo



Câmara Municipal de São Paulo

Folha nº 10 do proc.
nº 017355 de 06
CREUSA LEONILDA ZACARIAS ALVES
Agente

11 - REC
11- 0077/2007

RECURSO

Requeiro, na forma regimental, nos termos do artigo 82 do Regimento Interno, que o Projeto de Lei nº 355/06, que TORNA OBRIGATÓRIA A IDENTIFICAÇÃO DO CADASTRO MUNICIPAL EM CAPACETES E COLETES PARA EXERCÍCIO DE MOTO-FRETE NA CIDADE DE SÃO PAULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, de autoria da Vereadora Lenice Lemos, seja submetido à apreciação do Plenário.

Sala das sessões.

18:09 17/05/2007 001683 - Protocolo Legislativo - SSP-22

José Police Neto
Vereador

À SGP - 23
Em 18/05/2007
ANGELA JORDIN ANDREONI
Subsecretária de Apoio Legislativo
SGP-2

RECEBIDO EM SGP-23

EM 21.05.07
Thelma
AS 16:00 h

À

SGP-21 - Senhora Supervisora,

Para as devidas providências, tendo em vista o recebimento de recurso.

21/05/07

Jose Cristino
JOSE CRISTINO SOUZA SANTOS
Supervisor de Finalização do Proc. Legislativo

Seguem juntado(s) nesta data,
documento(s) e folha de
informação rubricado(s) sob
nº 11
Em 05/01/2009
Lizia Oshiro
Técnico Administrativo
RF 11.020



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
Secretaria de Apoio Legislativo – SGP-2

Papel para informação, rubricado como folha nº 11

do processo n.º 01 - 355 de 2006

05/01/2009

(a) SP

Lizia Bshito
Técnico Administrativo
RF 11020 - SGP-21

À SGP - 2

Sra. Secretária,

Nos termos do art. 275 do Regimento Interno (mudança de legislatura), o presente processo preenche os requisitos para arquivamento.

05/01/2009

Luzia de Almeida Leite
Luzia de Almeida Leite
Supervisora de Apoio ao Plenário
SGP - 21

À SGP - 33

Sra. Supervisora,

Encaminho os presentes autos para arquivamento.

05/01/2009

Ângela Bordin Andreoni
Ângela Bordin Andreoni
Secretária de Apoio Legislativo
SGP - 2

SECRETARIA DE DOCUMENTAÇÃO
SUPERVISÃO DE ARQUIVO GERAL
70268
Proc. encerrado com 21 fis.
Arquivado em 16/01/2009
O Func.º 32120

11

92

[Signature]
Aparecido Ferreira
Assistente Parlamentar
RF 101.075

228

[Signature]